



GESTÃO PÚBLICA NO CONTEXTO PANDÊMICO E A INTENSIFICAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIOEDUCACIONAIS¹

Brenda Ramalho²

Resumo

O artigo em questão tem como objetivo refletir sobre a atuação do Poder Público frente à repentina necessidade de adaptação das instituições de ensino com o avanço da pandemia de COVID-19, a qual ocasionou na mudança total ou parcial do atendimento de escolas ao redor do mundo, deixando profissionais da educação e estudantes diante de um desafio para o qual não estavam preparados: a incorporação de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) para a manutenção dos vínculos e continuidade do trabalho pedagógico. Em uma realidade de crise sanitária na qual as prioridades foram ressignificadas em decorrência de fatores como a diminuição da renda familiar e alteração da saúde mental da população, as desigualdades sociais evidenciadas previamente no contexto brasileiro ganham mais força diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de baixa renda para acompanhamento das práticas educacionais ocorridas por intermédio de plataformas de ensino à distância, colocando-os em desvantagem e em desigualdade de direitos em relação aos indivíduos de maior poder aquisitivo. Portanto, são trazidos para o nível da discussão acadêmica o contexto econômico brasileiro e sua relação com a má distribuição de recursos públicos; a crescente transferência de poder do Estado à iniciativa privada para a resolução de questões macroestruturais, favorecendo pequenos grupos em detrimento de toda uma população; e a associação entre as estratégias tecnológicas adotadas pelas instituições de ensino com aval governamental e a intensificação das desigualdades socioeducacionais além do período de duração da crise sanitária.

Palavras-chave: COVID-19 e educação; gestão pública educacional; desigualdades socioeducacionais; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

PUBLIC MANAGEMENT IN THE PANDEMIC CONTEXT AND THE INTENSIFICATION OF SOCIO-EDUCATIONAL INEQUALITIES

Abstract

This research aims to reflect on the performance of State in the face of the sudden need for adaptation of educational institutions with the advance of the COVID-19 pandemic, which caused the total or partial change in the attendance of schools around the world, leaving education professionals and students in the face of a challenge for which they were not prepared: the incorporation of Information and Communication Technology (ICT) resources to maintain the ties and pedagogical work. In a reality of health crisis in which the priorities have been reframed due to factors such as the decrease in family income and changes in the mental health of the population, the social inequalities previously evidenced in Brazilian context gain more strength in the face of the difficulties faced by low-income students keep up with educational practices that take place through distance learning platforms, placing them at a disadvantage and inequality of rights in comparison to individuals with higher purchasing power. Therefore, the Brazilian economic context and its relationship with the poor distribution of public resources are brought to the level of academic discussion; the growing transfer of power from the State to the private sector to resolve macro-structural issues, benefiting small groups in detriment of the entire population;

¹ Artigo recebido em 22/08/2021. Avaliação em 07/09/2021. Aprovado em 24/11/2021. Publicado em 17/12/2021

² Universidad de la Empresa (UDE). E-mail: brenda.s.ramalho@gmail.com

and the association between the technological strategies adopted by educational institutions with government support and the intensification of socio-educational inequalities beyond the duration of the health crisis.

Keywords: COVID-19 and education; educational public management; social-educational inequalities; Information and Communication Technologies (ICT).

LA GESTIÓN PÚBLICA EN EL CONTEXTO PANDÉMICO Y LA INTENSIFICACIÓN DE LAS DESIGUALDADES SOCIOEDUCATIVAS

Resumen

El artículo en cuestión tiene como objetivo reflexionar sobre la actuación del Poder Público frente a la repentina necesidad de adaptación de las instituciones de enseñanza con el avance de la pandemia de COVID-19, la cual ocasionó el cambio total o parcial de la atención de escuelas alrededor del mundo, dejando profesionales de la educación y estudiantes ante un desafío para el cual no estaban preparados: la incorporación de recursos de la Tecnología de la Información y Comunicación (TICs) para el mantenimiento de los vínculos y continuidad del trabajo pedagógico. En una realidad de crisis sanitaria en la cual las prioridades fueron resignificadas en consecuencia de factores como la disminución de la renta familiar y alteración de la salud mental de la población, las desigualdades sociales evidenciadas previamente en el contexto brasileño cobran más fuerza ante las dificultades enfrentadas por los estudiantes de bajos ingresos para acompañamiento de las prácticas educativas ocurridas por intermedio de plataformas de enseñanza a distancia, poniéndolos en desventaja y en desigualdad de derechos con relación a los individuos de mayor poder adquisitivo. Por lo tanto, son traídos al nivel de la discusión académica el contexto económico brasileño y su relación con la mala distribución de recursos públicos; la creciente transferencia de poder del Estado a la iniciativa privada para la resolución de cuestiones macroestructurales, favoreciendo a pequeños grupos en detrimento de toda una población; y la asociación entre las estrategias tecnológicas adoptadas por las instituciones educativas con aval gubernamental y la intensificación de las desigualdades socio educativas más allá del período de duración de la crisis sanitaria.

Palabras clave: COVID-19 y educación; gestión pública educativa; desigualdades; sociales y educación; Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC).

Introdução

O reconhecimento pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do *status* de crise sanitária trouxe consigo inquietações além do risco de contaminação. Diante de um vírus potencialmente fatal que se espalhava rapidamente, foi preciso que líderes políticos de todas as nações agissem para conter o avanço da nova variante do coronavírus (COVID-19) e minimizar os impactos causados por uma pandemia que diariamente se agravava. Assim, entre as medidas recomendadas para enfrentamento ao momento de emergência destaca-se a recomendação de isolamento social e interrupção das atividades e serviços considerados não essenciais.

No Brasil, assim como em muitos outros países, o fechamento total ou parcial das unidades de ensino foi se dando de modo progressivo. Em março de 2020, menos de um mês após a declaração da OMS, o total de educandos brasileiros afastados do ambiente escolar ultrapassava a marca dos 50 milhões³. Sem uma perspectiva de retorno à normalidade e com um panorama sanitário demasiadamente desfavorável à reabertura desses espaços educativos por ora, estratégias alternativas para que fosse possível dar continuidade aos estudos e manter

³ Segundo monitoramento mundial realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 28 de março, o quantitativo de alunos brasileiros afetados pelo fechamento total das escolas chegava a 52.898.349.

os vínculos socioafetivos com esses estudantes passam a ser o cerne de debates na sociedade civil e escopo de intervenções políticas complexas.

Com a média móvel de óbitos em ascendência no país e com a prorrogação da recomendação de permanência em *lockdown*, instituições de ensino de todo o território nacional se viram diante de um grande desafio: encontrar meios de adaptação metodológica ao contexto pandêmico. Nessa perspectiva, os ambientes virtuais de aprendizagem despontam como a alternativa apropriada à continuidade do trabalho educacional, mesmo sem uma cultura digital institucional prévia, da profissionalização adequada dos docentes para lidar com a tecnologia imposta e sem a garantia de condições estruturais efetivas para acesso dos estudantes, sobretudo os menos favorecidos.

Dessa maneira, o objetivo desse artigo é trazer para reflexão em nível acadêmico como as estratégias educacionais com o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), adotadas no decorrer da pandemia de COVID-19 podem, ainda que de modo não intencional, contribuir para a degradação do ensino público no país, diminuindo seu valor em comparação à oferta na rede privada e acentuando desigualdades socioeconômicas profundas a curto, médio e longo prazos para aqueles que clamam por seu direito a uma educação gratuita, acessível e de qualidade.

Além disso, pretende-se ao decorrer desse estudo bibliográfico ponderar de modo crítico sobre os possíveis conflitos de interesse camuflados na adoção de soluções tecnológicas implementadas por empresas do ramo privado em questões de responsabilidade do Estado durante a pandemia de COVID-19, considerando o modelo econômico atualmente vigente no Brasil e sua ligação com a crescente marginalização das camadas sociais menos favorecidas e aumento das discrepâncias educacionais.

Contextualização

O modelo econômico vigente hoje no Brasil é pautado em ideais neoliberalistas em ascensão desde sua apresentação na década de 90 com o movimento popularmente conhecido como Consenso de Washington⁴. Como condição necessária ao recebimento de subsídios na

⁴ “O termo ‘Consenso de Washington’ se refere a um encontro ocorrido em 1989 que reuniu um conjunto integrado reformas que seriam “necessárias” para a América Latina. O suposto ‘consenso’ (termo que sufoca vozes dissonantes) apregoava que o Estado perdesse as funções de planejador e condutor da economia. Tal papel deveria ter o mercado, sob o discurso de promover eficiência e competitividade, convergindo com as economias dos países desenvolvidos.” (OLIVEIRA, 2020, p. 1)

América Latina por parte de instituições financeiras internacionais com vista à superação de momentos de crise nessas nações, a ideologia neoliberal trouxe consigo questões enraizadas profundamente em nossa sociedade tal qual a conhecemos – a exemplo a formulação de políticas em consonância com os interesses das grandes empresas e das elites dominantes e o aumento das desigualdades sociais (CARNEIRO; GAMBI, 2018).

Dessa forma, ainda que ocupe atualmente a 13ª posição no ranking de maiores economias globais, o país figura em última posição no que se refere à aplicação dos impostos arrecadados para serviços essenciais que contribuam para o bem-estar social de seus habitantes⁵. Isso significa dizer que enquanto o cidadão brasileiro destina anualmente cerca de cinco meses de sua remuneração trabalhista ao pagamento de tributos devidos ao Estado, a má gestão de recursos públicos e crescente interferência do setor privado na economia ocasionam na falta de retorno efetivo para a melhoria da qualidade de vida da população, o que só se tornou mais evidente com o início da pandemia.

As consequências do subfinanciamento de serviços públicos elencados pelas macropolíticas vigentes como essenciais⁶ (em especial os direitos à saúde e à assistência social) foram vivenciadas de modo acentuado pelas populações mais carentes e sem meios de subsistência consolidados. Portanto, embora o vírus do COVID-19 seja democrático no sentido de sua contaminação não realizar distinção entre classe social, gênero ou raça, o colapso sanitário afetou de modo mais expressivo aqueles que face à saturação do sistema público de saúde não possuíam condições para arcar com os custos do setor privado.

Segundo relatório “Panorama Social da América Latina 2020”, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a pandemia contribuiu para o aumento significativo dos índices de pobreza e extrema pobreza nessas nações, alcançando respectivamente 33,7% e 12,5% da população total. Em termos práticos, a América Latina foi a região mais impactada em relação às demais áreas consideradas em desenvolvimento no mundo, contribuindo expressivamente para o aumento da insegurança social em países como o Brasil.

Assim, a crise enfrentada pelo Sistema Único de Saúde (com superlotação de leitos e falta de estrutura apropriada) adicionada à diminuição da renda de parcela expressiva das famílias brasileiras resultou na maior exposição das fragilidades das camadas mais

⁵ Cf. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. (IBPT)

⁶ Ver decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020.

desfavorecidas da sociedade. Nesse cenário, no qual os instintos mais básicos da condição humana veem-se literalmente ameaçados⁷, a preocupação com o acompanhamento das questões educacionais desses indivíduos não é legitimada como prioritária.

A educação como direito fundamental

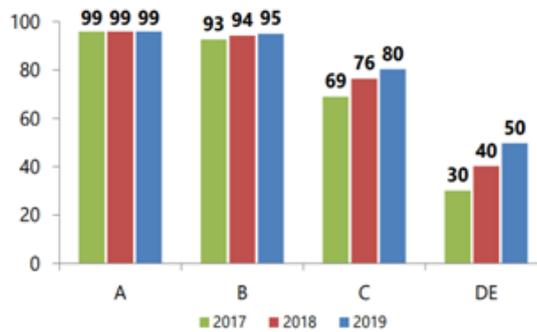
Tampouco a OMS declarou o *status* de pandemia, instituições de ensino do mundo inteiro se viram diante do desafio de reestruturar suas estratégias de atendimento. Diante da autorização inicial do Ministério da Educação brasileiro (Portaria nº 343, de 17 de março de 2020) para que as unidades de ensino atuassem de forma remota em caráter emergencial, escolas das redes pública e privada precisaram de maneira abrupta capacitar seus profissionais ao uso de recursos tecnológicos e mobilizar seu público para a atuação em ambientes virtuais de aprendizagem.

O fornecimento da estratégia alternativa, contudo, presumiu a possibilidade de acesso por parte dos indivíduos matriculados em instituições de ensino oficiais – e dos docentes. Segundo dados divulgados pela TIC Domicílios (pesquisa desenvolvida anualmente para mapear o comportamento dos brasileiros em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação), no ano anterior ao início do período pandêmico, 20 milhões de residências não possuíam acessibilidade à internet. Desse índice, os mais privados seriam justamente os pertencentes às camadas mais pobres da população (classes D e E), representados pelo percentual de 50% desse total.

Nesse contexto de crise generalizada, a atuação do Estado para a garantia de direitos fundamentais dispostos no art. 6º no principal ordenamento jurídico brasileiro (Constituição Federal de 1988) acaba sendo insuficiente frente à questão social em curso que vinha se agravando. Apesar de considerados preceitos essenciais à manutenção da vida e da dignidade humana – conforme Silva (2014) –, o fornecimento de condições igualitárias não só na área sanitária, mas também para acesso às práticas sociais ocorridas no âmbito educacional se deram de modo inversamente proporcional ao aumento de número de casos.

⁷ Cf. relatório da Food and Agriculture Organization of the United States, “The State of Food Security and Nutrition in the World 2021”, aproximadamente 10% da população mundial esteve subnutrida em 2020.

Figura 1 – Domicílios com acesso à internet, por classe social

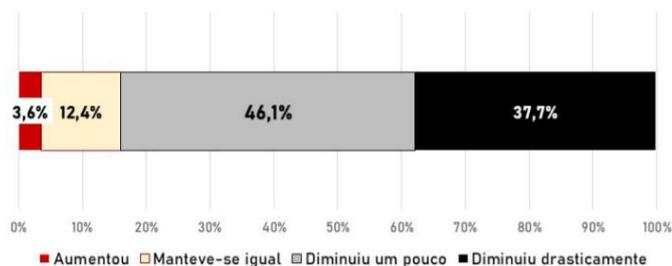


Fonte: TIC Domicílios 2019, CETIC.

Nesse contexto de crise generalizada, a atuação do Estado para a garantia de direitos fundamentais dispostos no art. 6º no principal ordenamento jurídico brasileiro (Constituição Federal de 1988) acaba sendo insuficiente frente à questão social em curso que vinha se agravando. Apesar de considerados preceitos essenciais à manutenção da vida e da dignidade humana – conforme Silva (2014) –, o fornecimento de condições igualitárias não só na área sanitária, mas também para acesso às práticas sociais ocorridas no âmbito educacional se deram de modo inversamente proporcional ao aumento de número de casos.

Em relatório técnico divulgado pelo grupo Gestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre o trabalho docente na pandemia, constatou-se dentre os relatos de mais de 15.000 profissionais somente 3 a cada 10 professores julgavam possuir os aparatos tecnológicos e conhecimentos necessários para lecionar em modelo remoto. Além disso, a falta de recursos ou de autonomia para o acompanhamento das aulas foi e continua sendo um grande obstáculo para os estudantes, tendo sido constatado que 1 a cada 4 alunos considerados no estudo idealizado pela UFMG não dispunham das condições necessárias para a realização das tarefas.

Figura 2 – Participação dos estudantes nas atividades propostas



Fonte: Trabalho docente na pandemia, 2020 (UFMG)

Nessa perspectiva, não foram asseguradas práticas educacionais democráticas e tampouco foram direcionados esforços significativos para transpor as dificuldades diretamente associadas a falta de estrutura (condições operacionais) ou apoio familiar. Outra questão importante a ser considerada é que, com o fechamento das unidades escolares e falta de manutenção dos vínculos com seus profissionais, indivíduos já inseridos em contextos desfavoráveis ficaram ainda mais vulneráveis.

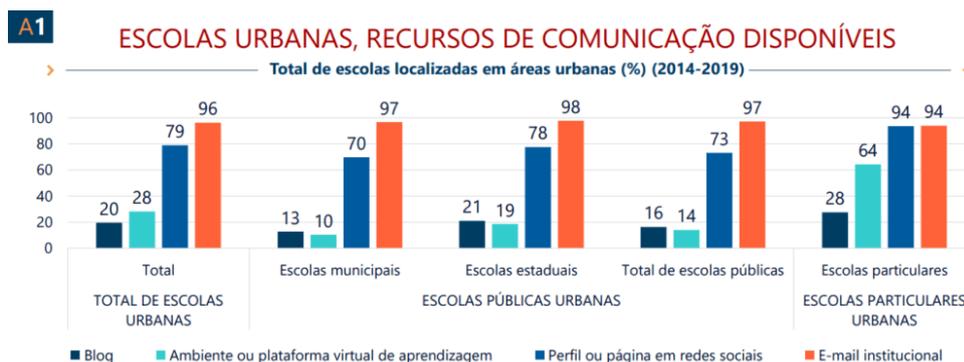
De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, em 2020 houve uma redução de 12% nos casos de denúncias de violência e abuso contra crianças e adolescentes. Possível fruto de subnotificação, uma vez que a escola desempenha um importante papel social na identificação e comunicação desses infortúnios às instâncias competentes.

COVID-19 e o Vale do Silício

É evidente que o período de pandemia trouxe consigo muitos obstáculos a serem transpostos pela própria exposição da fragilidade humana frente a um inimigo imperceptível aos olhos. Além das desigualdades acentuadas no que tange à concretização de práticas essenciais à manutenção da vida e exercício da cidadania, não se pode ignorar o fato de que as relações com as instituições de ensino também foram afetadas por aspectos desassociados do fator acessibilidade – a diminuição da renda familiar, a mudança da rotina e o medo de contaminação, por exemplo –, contribuindo para a redefinição de prioridades dos educandos nesse contexto de crise. (UNICEF, 2020)

Ainda assim, ignorando a alteração do estado emocional desses atores e a inexistência de condições estruturais igualitárias, perpetuou-se massivamente o discurso de aceitação e acompanhamento da inovação sob o pretexto legítimo de que seria preciso pensar em estratégias para atender milhões de estudantes brasileiros afetados pelo fechamento das escolas; contando com a “benevolência” de empreendedores educacionais provedores de plataformas educacionais voltadas ao ensino remoto e fortalecendo um nicho de mercado altamente lucrativo (TERÄS et. al, 2020).

Figura 3 – Apenas 28% das instituições localizadas em zonas urbanas utilizavam ambientes virtuais antes da pandemia de COVID-19



Fonte: TIC Educação 2019, CETIC.

A utilização de plataformas digitais para o ensino remoto traz, então, questionamentos complexos sobre o propósito e interesses políticos neoliberais inseridos nessas propostas: sem um planejamento prévio fundamentado nos possíveis obstáculos para a efetiva garantia de práticas educacionais qualitativas centradas na aprendizagem e no desenvolvimento do trabalho docente, a pandemia nos revela a crescente “dependência de nossos governos às corporações transnacionais que dominam as plataformas tecnológicas” e a maneira como o Estado nesse contexto se desobriga de suas atribuições legítimas (DO AMARAL; SALLES, 2020, p. 6).

A inovação em tecnologia parece ser a resposta padrão para grande parte dos problemas enfrentados, como se fosse capaz de resolver o crime, a poluição e a doença. O que pouco se percebe é que os aplicativos não solucionam problemas estruturais, e se limitam a debater saídas pontuais, isoladas, apenas para os efeitos daquelas que são as verdadeiras questões em jogo. **Como não estão dispostos a discutir mudanças de fundo, evitam os reais problemas políticos desenvolvendo paliativos digitais para a catástrofe em curso** (DO AMARAL; SALLES, 2020, p. 6, grifo nosso).

Com pouca transparência quanto à natureza política dessa articulação, gigantes do Vale do Silício⁸ – como a *Google*, que disponibilizou gratuitamente muitos dos serviços da *Workspace for Education* às unidades de ensino – assumem responsabilidade técnica na condução de estratégias para a continuidade das aulas, simplificando e reduzindo uma pauta governamental com questões profundas relacionadas a estrutura, condições de acesso e ausência de políticas eficazes de promoção da cultura digital igualitária, sobretudo considerando o público-alvo das unidades da rede pública.

Desse modo, a gravidade do assunto reside nos interesses escusos arraigados nesse pensamento simplista de resolução de problemas, servindo de camuflagem para questões

⁸ O Vale do Silício é uma região localizada na Califórnia onde muitas empresas do ramo digital como a *Google*, *Facebook* e *Apple* possuem suas sedes corporativas (SCHRADIE, 2017).

complexas. Um exemplo nítido pode ser visualizado durante o ano de 2020, quando no meio de uma crise sanitária sem precedentes empresas do ramo tecnológico foram beneficiadas e tiveram seu capital aumentado sob o pretexto de que os fins justificariam os meios, fornecendo uma estratégia alternativa, mas ignorando as desigualdades sociais inerentes à sociedade brasileira e presumindo o acesso de maneira igualitária.

Gestão pública e desigualdades socioeducacionais

Com o advento da pandemia, toda rede educacional, pública e privada, foi afetada pelas medidas sanitárias restritivas que impossibilitaram o contexto tradicional de interações pedagógicas em moldes presenciais. A adoção de plataformas virtuais, porém, acentuou desigualdades sociais e de aprendizagem pré-existentes, evidenciando problemas na gestão e administração de recursos públicos destinados à educação. Assim, apesar de toda necessidade de reestruturação do ensino para atender a uma demanda criada de forma repentina, o direcionamento de recursos públicos federais direcionados ao setor educacional em 2020 foi o menos expressivo em dez anos⁹.

Em uma perspectiva internacional, de um total de 64 nações analisadas pelo IMD World Competitiveness Center (entre elas Suíça, Portugal, Canadá, Chile e Colômbia), o Brasil estreou na 57ª posição. Considerando o investimento público em educação, porém, conquistou a última colocação do ranking, fruto de seu desempenho comparativo em relação ao cenário competitivo e inovador: enquanto os demais países investem cerca de R\$ 34 mil per capita no setor educacional, a pátria brasílica direciona menos de R\$ 11 mil por estudante anualmente.

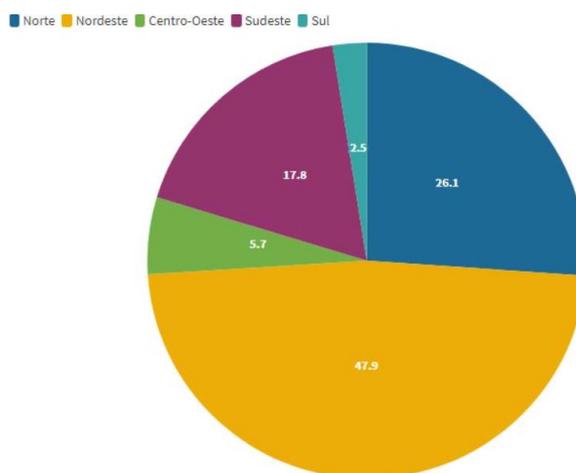
Retomando os indicadores socioeconômicos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) idealizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no último trimestre de 2019, do total de 4,3 milhões de estudantes sem conexão à internet, cerca de 4,1 milhões era composto por indivíduos oriundos de instituições da rede pública de ensino. Indo mais a fundo, enquanto o percentual de acesso na rede particular mostrou-se superior a 95% em todo o país, as regiões brasileiras com maior concentração de pobreza – norte e nordeste – alcançaram apenas 68,4% e 77%, respectivamente.

Os principais motivos, de acordo com o PNAD, seriam a falta de recursos financeiros para a contratação do serviço, a inabilidade para utilização e a indisponibilidade de dispositivos

⁹ Cf. relatório divulgado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

móveis. Portanto, considerando as informações divulgadas em um lapso temporal bem próximo ao início da pandemia, os alunos matriculados em unidades da rede pública de ensino dentro de uma lógica estrutural de má distribuição de renda e discrepâncias sociais históricas no contexto nacional, tiveram menos estrutura, apoio governamental e, conseqüentemente, menos oportunidades para acompanhamento das aulas em modelo não presencial, o que os colocam em situação de desvantagem social e educacional.

Figura 4 – Contribuição relativa para a pobreza no Brasil (por região)



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), IBGE, 2018.

Os principais motivos, de acordo com o PNAD, seriam a falta de recursos financeiros para a contratação do serviço, a inabilidade para utilização e a indisponibilidade de dispositivos móveis. Portanto, considerando as informações divulgadas em um lapso temporal bem próximo ao início da pandemia, os alunos matriculados em unidades da rede pública de ensino dentro de uma lógica estrutural de má distribuição de renda e discrepâncias sociais históricas no contexto nacional, tiveram menos estrutura, apoio governamental e, conseqüentemente, menos oportunidades para acompanhamento das aulas em modelo não presencial, o que os colocam em situação de desvantagem social e educacional.

Valoriza-se, dessa maneira, uma atuação instrumental do Estado comprometida com o desenvolvimento econômico em detrimento da formação integral humana e da garantia de direitos fundamentais do cidadão que o permitam ter igualdade de condições de acesso à educação tanto na rede pública quanto privada (conforme estabelecido no inciso I do art. 206 da Constituição Federal brasileira). Assim, são acentuadas desigualdades sociais enraizadas, de modo que o poder aquisitivo de poucos se sobressaia aos direitos de uma maioria menos

favorecida economicamente, tendo a quarentena reforçado “a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento injusto que eles provocam” (SANTOS, 2020, p. 22).

A manutenção da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2020, por exemplo, traz para reflexão um contraste expressivo entre como o poder aquisitivo possui potencial para interferir no preparo e desempenho desses estudantes na vida escolar: ao passo que muitos alunos do ensino médio da rede privada tiveram a sua disposição aulas remotas e ferramentas asseguradas para dar continuidade aos estudos (inclusive pelo vínculo comercial que compartilham com as famílias), no setor público a maioria das redes estaduais e municipais sequer dispunha de estrutura para viabilizar tais práticas, ou careciam, ainda, de orientação à realização do trabalho remoto.

Apesar dos apelos de diversas instâncias da sociedade civil pelo adiamento ou cancelamento do ENEM, em janeiro de 2021 as provas foram aplicadas em formato impresso e digital. Ademais, segundo Costin (2020), antes da pandemia as lacunas na aprendizagem desses jovens já eram muito significativas, de forma que somente 29% dos jovens matriculados na terminalidade do ensino médio dispunham de conhecimentos em adequação aos níveis esperados de depreensão em língua portuguesa e menos de 10% alcançavam os objetivos propostos em matemática. Considerando as dificuldades sociais já evidenciadas, os estudantes sem devida estrutura para acompanhamento das aulas remotas nesse cenário de preparo para egresso no nível superior acabam tendo suas chances ainda mais reduzidas.

Em entrevista ao Jornal Extra em junho de 2021, a ex-secretária de Educação do Rio de Janeiro e atual diretora Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que “mesmo só com aulas remotas, já há diferença entre públicas e privadas, pois estas têm muito mais recursos para aulas síncronas e cujos alunos têm mais acesso à internet e aos livros didáticos, o que só piora com o ensino híbrido” (COSTIN, online, adaptado). Então, ainda que as escolas aos poucos estejam retomando o atendimento à “normalidade”, os impactos socioeducacionais à população brasileira repercutirão por um longo período de tempo.

Por fim, tomando emprestadas as palavras utilizadas pela organização sem fins lucrativos “Todos Pela Educação” em nota técnica sobre o ensino à distância e o COVID-19, com a maior exposição das vulnerabilidades sociais enfrentadas pela população que não dispõe de recursos substanciais para arcar com os gastos exigidos pelo setor privado, “os alunos de nível socioeconômico mais baixo, que já deveriam receber maior, devem ganhar atenção ainda mais especial neste momento de crise” (EDUCAÇÃO, 2020, p. 10).

Considerações finais

O COVID-19 chamou a atenção da sociedade contemporânea para a volatilidade da condição da existência humana. Não distinguindo brancos de negros, homens de mulheres ou ocidentais de orientais, a crise sanitária se espalhou rapidamente pelo mundo independente de ideologias. A forma como a pandemia atingiu cada indivíduo, contudo, não pode ser considerada igualitária: as classes mais pobres, há muito tempo preteridas na formulação de políticas públicas eficientes ao combate das desigualdades sociais, ficaram ainda mais expostas e vulneráveis.

Na área educacional, a fragilidade dos estudantes dessas camadas menos favorecidas faz com que muitas das estratégias de ensino promovidas com a mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação não se adequem as suas possibilidades. Logo, os empecilhos ao acesso (como a falta de aparatos ou de conectividade disponíveis) acentua disparidades nas garantias de direitos considerados essenciais à manutenção da vida e da dignidade humana, comprometendo sua participação e os colocando em desvantagem educacional em comparação àqueles indivíduos que dispõem de maior poder aquisitivo.

Nesse cenário, onde o aumento do desemprego cresceu exponencialmente e o fator educação pode figurar como uma prioridade secundária para indivíduos em situação de ameaça à manutenção de sua subsistência, é inconcebível presumir que esses estudantes – em sua maioria da rede pública – disponham da estrutura necessária sem a devida garantia de direitos e responsabilização por parte do Poder Público. Ademais, a intencionalidade na crescente transferência de atribuições do Estado a *startups* do setor de inovação carece de análise crítica e atenta quanto aos interesses “bem-intencionados” de empresas beneficiadas por uma política neoliberal.

Portanto, visto que muitas das mazelas sociais experienciadas pela população são frutos do subfinanciamento de serviços públicos essenciais e da má distribuição de renda no país, não só o Estado foi omissivo na assunção de sua responsabilidade de assegurar direitos fundamentais dos cidadãos, mas também fomentou a adoção de estratégias simplistas para lidar com um problema de complexidade desproporcional em relação a suas implicações para a vida desses atores sociais.

Dessa maneira, os prejuízos sociais intensificados pela pandemia foram sentidos com maior dificuldade por aqueles que já se encontravam às margens da sociedade, acentuando

desigualdades e questões complexas estruturais de cunho socioeconômico e potencializando disparidades educacionais que não se limitarão ou findarão com o término da pandemia de coronavírus, mostrando-se urgente a necessidade de maior atenção a esses educandos que condições normais já deveriam figurar como o enfoque das políticas públicas educacionais.

Referências

ALFANO, B. Com rede pública à distância e privada no ensino híbrido, Enem fica mais desigual. *Extra*, Rio de Janeiro, 28 jun. 21. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/com-rede-publica-distancia-privada-no-ensino-hibrido-enem-fica-mais-desigual-25078447.html>, acesso em jul. 2021.

AMARAL, G. L. A.; OLENIKE, J. E. *Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)*. Disponível em: <<https://bit.ly/2TKgC4J>>, acesso em jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. *Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020*. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

_____. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

_____. *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Covid-19: Cai número de denúncias de violações contra crianças e adolescentes no Disque 100 Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/covid-19-cai-numero-dedenuncias-de-violacoes-contra-criancas-e-adolescentes-no-disque-100>, acesso em jul. 2021.

CARNEIRO, A. P.; GAMBI, T. F. R. Neoliberalismo, desigualdade e democracia: discussão fundamentada nos conselhos econômicos e sociais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 23, n. 74, 2018.

CEPAL, N. U. *Panorama Social da América Latina 2020*. Resumo executivo. 2021.

CETIC.BR. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil TIC Domicílios e TIC Empresas 2019. Disponível em <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>, acesso em mai. 2021.

COSTIN, Claudia. *Impactos do COVID-19: qual a relação entre o coronavírus e a política educacional?* 26 mar. 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/28968>, acesso em jul. 2021.

DO AMARAL, A. J.; SALLES, E. B. C. *Pandemia, vigilância e “solucionismo tecnológico”*. Disponível em https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/05/2020_05_14-direito_covid19-artigos-pandemia_a_vigilancia_e_solucionismo_tecnologico.pdf, acesso em abr. 2021.

EDUCAÇÃO, T. P. (2020). *Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19*. Nota Técnica.

FAO et al. 2021. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL (GESTRADO/UFGM) - Trabalho Docente em Tempos de Pandemia- *Relatório Técnico*. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf>, acesso em jul. 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019*. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao_o/livros/liv101794_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf)>, acesso jun. 2021.

IMD, W. *IMD World Digital Competitiveness Ranking 2020*. 2020.

OLIVEIRA, A. L. M. *Internacional de Serviços Públicos (ISP). Enfrentando a pandemia na América Latina: uma análise de vulnerabilidades após 30 anos de neoliberalismo*, 2020. Disponível em: <<https://psishort.link/v6l>>, acesso em jun. 2021.

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Boitempo Editorial, 2020.

SCHRADIE, J. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 85-99, 2017.

SILVA, J. S. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. Malheiros Editores: São Paulo, 2014. 37ª ed.

TERÄS, M. et al. Post-Covid-19 education and education technology ‘solutionism’: A seller’s market. *Postdigital Science and Education*, v. 2, n. 3, p. 863-878, 2020.

UNESCO. *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*, 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-covid-19>>, acesso em abr. 2021.

UNICEF. *Salud mental e infancia en el escenario de la COVID-19: propuestas de UNICEF España*. Madrid: UNICEF, 2020.